

CPD

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Biblioteca

Tempo Universitário 99

**ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA
LUÍS R. CARDOSO DE OLIVEIRA**

PENSATOS
—
ANTROPOLÓGICOS
—
SOBRE MORAL E ÉTICA

ENSAIOS ANTROPOLÓGICOS
SOBRE MORAL E ÉTICA

Roberto Cardoso de Oliveira
&
Luís R. Cardoso de Oliveira

ENSAIOS ANTROPOLÓGICOS SOBRE MORAL E ÉTICA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

O51c

Cardoso de Oliveira, Roberto

Ensaio antropológico sobre moral e ética / Roberto
Cardoso de Oliveira & Luís R. Cardoso de Oliveira. -- Rio de
Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996

ISBN 85-282-0084-1

1. Ética - Aspectos antropológicos. 2. Condições morais - As-
pectos antropológicos. I. Cardoso de Oliveira, Luís R. II. Título.

96-1639

CDD 170

CDU 17

TEMPO BRASILEIRO

Rio de Janeiro - RJ - 1996

Capa: Elizabeth Lafayette

Revisão:

Daniel Camarinha da Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PRIMEIRA PARTE	
1. O SABER E A ÉTICA	13
A Pesquisa Científica como Instrumento de Conhecimento e de Transformação Social	
2. PRÁTICAS INTERÉTICAS E MORALIDADE	33
Por um Indigenismo (Auto)Crítico	
3. ANTROPOLOGIA E MORALIDADE	51
Etnicidade e as Possibilidades de uma Ética Planetária	
4. A ANTROPOLOGIA DA HONRA E A ÉTICA ACADÊMICA	73
Sobre a Condição de Emérito	
SEGUNDA PARTE	
5. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA NO BRASIL	93
Algumas Considerações Preliminares	
6. DA MORALIDADE À ETICIDADE	105
Via Questões de Legitimidade e Equidade	
7. JUSTIÇA, SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE	143
Habermas e a Antropologia	
8. ENTRE O JUSTO E O SOLIDÁRIO	159
Os Dilemas dos Direitos de Cidadania no Brasil e nos EUA	

Todos os direitos reservados às
EDIÇÕES TEMPO BRASILEIRO
Rua Gago Coutinho, 61 – Laranjeiras
Caixa Postal 16099 – Rio de Janeiro – RJ
CEP 22221-070 – Tel.: (021) 205-5949 Fax: 225-9382

APRESENTAÇÃO

Os ensaios que estamos publicando, ainda que escritos em diferentes oportunidades e para públicos diversos, guardam entre si uma forte afinidade, seja do ponto de vista temático, seja pela motivação que nos levou a escrevê-los. Portanto, não obstante o fato de serem originariamente trabalhos ocasionais, elaborados para o cumprimento de compromissos acadêmicos, ora destinados a conferências, ora para simples comunicações, pode-se dizer que o contexto mais amplo no qual se poderia situar esses ensaios está no modo de inserção de seus respectivos autores na comunidade profissional de que fazem parte, a par da freqüente troca de idéias que ambos em convívio familiar e profissional realizaram ao longo desses últimos cinco anos. Nesse período lhes pareceu extremamente fecundo para o exercício da reflexão antropológica a investigação de questões comumente rejeitadas pela antropologia como não pertinentes ao seu escopo, enquanto disciplina científica. São as questões relativas à moral e à ética, à moralidade e à cidadania. Entendemos, assim, que trazê-las ao horizonte da antropologia seria como dar a essas questões um tratamento bem diferente daquele dado normalmente no âmbito da filosofia, espaço tradicionalmente afeito às indagações sobre a moral e a ética. Ao passo que ao trazeremos aquelas questões para a esfera de nossa disciplina, estávamos, por um lado, submetendo-as a escrutínios de natureza empírica, o que poderia lançar novas luzes ao exame de questões que transcendem os limites de disciplinas particulares -- sejam elas, por exemplo, a filosofia ou, mesmo, a teologia; por outro lado, acreditávamos -- e continuamos acreditando -- estar concorrendo para dinamizar a própria antropologia, na medida em que estaríamos testando-a na elucidação de conceitos que, em regra, não lhe são muito familiares, ao mesmo tempo em que tínhamos a oportunidade de verificar a eventual fecundi-

dade desses conceitos na observação e na interpretação dos fatos sócio-culturais.

Os ensaios, em número de oito, foram, todavia, distribuídos em duas partes, cada uma com quatro deles e sob a chancela de um único autor. E como são trabalhos de circunstâncias, cremos não ser ocioso mencionar as razões que nos levaram a escrevê-los de maneira a permitir ao leitor o conhecimento do contexto em que nossas idéias foram originalmente concebidas. Tal significa que alguns dados e argumentos aparecem às vezes repetidamente em um ou outro ensaio, o que só se justifica pelo fato das conferências terem se destinado a públicos diversos. Todavia, como o presente volume é uma coletânea de ensaios que podem ser lidos independentemente, uma vez que constituem unidades auto-suficientes, julgamos ser desnecessário realizar alterações substantivas, pois com elas eles perderiam a autenticidade de seu momento, i.e. da ocasião em que foram escritos, deixando, portanto, de serem datados. Quisemos, assim, reter o momento e o lugar de cada um deles. Esperamos que essa decisão conte com a generosidade do leitor.

A primeira parte do volume, reunindo ensaios de Roberto Cardoso de Oliveira, contém os seguintes: *O Saber e a Ética: A Pesquisa Científica Como Instrumento de Conhecimento e de Transformação Social* [Cap.1], foi escrito, em sua primeira versão, para uma conferência proferida na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, em outubro de 1989, como abertura do Seminário "A Pesquisa Social no Norte e no Nordeste: O Papel das Instituições de Investigação Científica", evento comemorativo do quadragésimo aniversário do Instituto. As idéias então expostas foram reapresentadas, parcialmente reformuladas, numa segunda oportunidade que se deu no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro do mesmo ano, na conferência ministrada pelo autor por ocasião do recebimento do título de *Doutor* "Honoris Causa" que lhe foi outorgado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro quando das comemorações dos "50 anos do Curso de Ciências Sociais (1939-1989)" existente na mesma universidade, antiga Universidade do Brasil. O texto dessa conferência, com algumas modificações mais de forma do que de conteúdo e com o título "O Saber, a Ética e a Ação Social" foi acolhido por *Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia*, em seu volume XIII, n.2, de outubro, 1990, pp.7-22. Versões

da mesma conferência ainda seriam apresentadas em duas outras oportunidades e para públicos estrangeiros, portanto pouco familiarizados com a antropologia que fazemos no Brasil, porém muito interessados em seus desenvolvimentos e nas questões epistemológicas que lhe são subjacentes: essas conferências foram feitas no *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social* (CIESAS), no México, em agosto de 1990; e na *Universitat Autònoma de Barcelona*, na Espanha, em fevereiro de 1992.

O segundo ensaio, *Práticas Interéticas e Moralidade: Por um Indigenismo (Auto)Crítico* [Cap.2], foi originalmente elaborado para o "Seminário Internacional sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos: A Responsabilidade do Antropólogo", patrocinado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e realizado na cidade de Campinas em 5 de abril de 1990. Essa primeira versão, intitulada "Práticas Interéticas e Moralidade", foi incluída no volume *Desenvolvimento e Direitos Humanos: A Responsabilidade do Antropólogo*, organizado por Antônio A. Arantes, Guilherme R. Ruben e Guida Debert e publicado pela Editora da UNICAMP em 1992 (pp.55-66). O texto, ampliado com uma nova seção sobre "O Índio e a cidadania", foi incluído no número comemorativo do trigésimo aniversário da revista *Tempo Brasileiro* (n.111, outubro de 1992, pp.41-55) com o título "Indigenismo e Moralidade", e em *América Indígena* (vol., n.4, outubro-dezembro de 1990, pp.9-25), então intitulado "Práticas interéticas y moralidad. Por un indigenismo (auto)crítico", título este que decidimos conservar neste volume.

O terceiro ensaio, *Antropologia e Moralidade: Etnicidade e as Possibilidades de uma Ética Planetária* [Cap.3], foi escrito para o XIII Congresso da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences*, realizado na Cidade do México em 1993, especificamente para sua sessão plenária *Societies, evolution and globalization. Anthropology of Global Change*, coordenada pela Presidente da IUAES e do Congresso, Dra. Lourdes Arizpe; sua versão em espanhol foi publicada por *Antropológicas: Revista de Difusión del Instituto de Investigaciones Antropológicas*, da *Universidad Nacional Autónoma de México* (n.8, outubro de 1993, pp.20-33). Sob o título "Antropología e Moralidade", constituiu-se na

Primeira Conferência Luiz de Castro Faria, ministrada em 5 de julho de 1993 no Salão Nobre "Pedro Calmon", no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua versão definitiva, aqui reproduzida, foi publicada pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, órgão da ANPOCS, em seu número 24, ano 9, em fevereiro de 1994, pp.110-121.

O quarto ensaio, *A Antropologia da Honra e a Ética Acadêmica: Sobre a Condição de Emérito* [Cap.4] foi elaborado originalmente para o *Anuário Antropológico/92* (1994, pp.33-48), com o título "A Honra Acadêmica: Da condição de Emérito", como uma homenagem a Roque de Barros Laraia por haver recebido o título de "Professor Emérito" da Universidade de Brasília em 1992, por ocasião de sua aposentadoria. Com uma seção destinada inteiramente à justa celebração do evento e na qual contribuíram vários de seus colegas e amigos, o *Anuário Antropológico* em boa hora soube festejar uma titulação que tão bem se ajusta na figura honrada de quem o recebeu e que, no ensaio em pauta, pretendeu-se destacar as características essenciais do título. Como o texto reproduz reflexões sobre a moral e a ética, decidiu-se incorporá-lo neste volume, porém numa segunda versão, ligeiramente modificada, uma vez que destinou-se a ser uma das conferências ministradas na 46a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Vitória, Espírito Santo, no dia 20 de Julho de 1994. A conferência teve por título "A Antropologia da Honra e a Ética Acadêmica".

A segunda seção da coletânea, enfeixa quatro ensaios de Luís R. Cardoso de Oliveira, assim dispostos: o primeiro que tem por título *Direitos Humanos e Cidadania no Brasil: Algumas Considerações Preliminares* [Cap.5], foi elaborado inicialmente para ser apresentado no "VII Encontro Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos", realizado de 26 a 31 de janeiro de 1992, em Brasília. Como este evento congrega líderes sindicais e/ou comunitários de origem social diversa, com atuação em todo o território nacional e cujo grau de instrução formal é bastante diferenciado, o texto foi escrito para um público mais amplo, de não especialistas. Esta primeira versão foi publicada na *Série Antropologia* n.122, do Departamento de Antropologia da Univer-

sidade de Brasília. Uma segunda versão foi apresentada na XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em Belo Horizonte, durante o mês de abril do mesmo ano, na mesa redonda "A Questão da Justiça e a Cultura Política Brasileira", sob o título "Direito ou Privilégio: Reflexões sobre o equacionamento da justiça e da cidadania no Brasil".

O segundo ensaio, *Da Moralidade à Etilidade: Via Questões de Legitimidade e Equidade* [Cap.6], teve as suas três primeiras partes escritas para uma exposição feita no IUPERJ, a convite do Dr. Luiz Eduardo Soares, em seu seminário sobre "Ética e Política", em novembro de 1989. Este mesmo texto serviu de base para três palestras proferidas na UnB, respectivamente nos departamentos de Antropologia (abril de 1990), de Sociologia (junho de 1991) e Jornalismo (maio de 1992). A quarta parte do mesmo ensaio foi redigida para a publicação deste volume e se constituiu numa sistematização do material empírico parcialmente discutido nos eventos mencionados. As críticas e sugestões apresentadas naquelas quatro oportunidades contribuíram para uma melhor formulação dos problemas e/ou argumentos então desenvolvidos. É importante salientar que, dos quatro trabalhos que compõem a segunda seção desta coletânea, este foi o primeiro a ser redigido e aquele que procura articular de maneira mais detida a perspectiva da "ética discursiva", -- que inspira o equacionamento da temática em todos os ensaios --, com questões de ordem empírica.

O ensaio seguinte, *Justiça, Solidariedade e Reciprocidade: Habermas e a Antropologia* [Cap.7], foi apresentado na mesa redonda "Racionalidade, Temporalidade e Subjetividade: Habermas e as Ciências Sociais", no âmbito do VI Congresso Brasileiro de Sociologia, durante a 45a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Recife, em julho de 1993. Uma versão preliminar deste trabalho foi publicada na *Série Antropologia* n.149, do Departamento de Antropologia da UnB. Já o último ensaio, intitulado *Entre o Justo e o Solidário: Os Dilemas dos Direitos de Cidadania no Brasil e nos EUA* [Cap.8], foi redigido para a mesa redonda "A Cidadania no Pós-Socialismo: Aspectos Teóricos e Filosóficos", realizada durante o XVII Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 1993. As duas últimas

partes do ensaio foram parcialmente revistas para a presente publicação. Finalmente, acreditamos que o trabalho esteja bem situado como conclusão da segunda parte deste volume na medida em que pode ser considerado como um desdobramento direto dos três ensaios anteriores [Caps. 5, 6 e 7].

Os autores gostariam que os oito capítulos que compõem esta coletânea viessem preencher um espaço, raramente ocupado pelos pesquisadores em ciências sociais, onde questões de ordem moral e ética pudessem ser visualizadas pelo olhar antropológico. O desenvolvimento surpreendente da antropologia nessa segunda metade do século talvez possa ser atribuído, como uma de suas causas principais, ao incremento de diálogo com outras disciplinas, sejam elas a filosofia, o direito, a história, a ciência política, para não falar na sociologia, sua permanente companheira no exercício da investigação e da reflexão. A via moderna pela qual caminham as ciências humanas é certamente o que se poderia chamar de "consórcio cognitivo", articulador de um convívio interdisciplinar cada vez mais indispensável ao aperfeiçoamento daquelas disciplinas. Por conseguinte -- e neste caso particular --, gostaríamos que a tematização da moral e da ética por esse olhar disciplinado pela antropologia fosse considerado como um resultado positivo, mesmo que modesto, dessa interação entre disciplinas irmãs.

São Paulo e Brasília, Janeiro, 1995
RCO & LCO

OS AUTORES

- ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA, Doutor em Ciência (USP/1966) e Doutor "Honoris Causa" (UFRJ/1989), é Professor Titular Convocado da UNICAMP e Pesquisador Titular Bolsista do CNPq. É atualmente o Presidente da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALAA).
- LUÍS R. CARDOSO DE OLIVEIRA, Mestre em Antropologia Social (UFRJ/MN, 1981) e Ph.D. em Antropologia (Harvard University /1989), é Professor Adjunto da Universidade de Brasília e Pesquisador Bolsista do CNPq.

Cap. I O SABER E A ÉTICA: A Pesquisa Científica como Instrumento de Conhecimento e de Transformação Social

O tema deste evento em que se comemora os 40 anos de fundação do *Instituto Joaquim Nabuco* não poderia ser melhor escolhido. Liga duas ordens de problemáticas freqüentemente postos diante de uma reflexão sobre a pesquisa científica: a ordem cognitiva e a ordem prática ou de aplicação dos resultados obtidos pela investigação. Para uma instituição que sempre primou, desde sua criação, em articular essas duas ordens no sentido de contribuir para a "melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro, inclusive do pequeno lavrador das regiões agrárias do Norte, assim definidas as áreas de agricultura que se estendem da Bahia à Amazônia", objetivos constantes da lei que o instituiu (Lei 770, de 21/07/1949)¹, o "Joaquim Nabuco" -- como é carinhosamente chamado -- retoma com o tema deste Seminário -- "A pesquisa social no Norte e no Nordeste: o papel das Instituições de Investigações Científicas" -- o alvo de sua vocação maior. E para mim, se é uma honra haver sido convidado para proferir esta conferência de abertura do Seminário, é também uma grande responsabilidade assumi-la perante colegas que certamente mais do que eu possuem uma grande experiência em exercer a conjugação daquelas duas ordens de que mencionei -- e que nesta instituição são inerentes à pesquisa que aqui se pratica.

1 Lei resultante de um projeto do então deputado Gilberto Freyre. Posteriormente, com a Lei 3.791, de 02/08/1960, recebeu nova estrutura legal que lhe conferiu personalidade jurídica e financeira.